

**FILOSOFIA DA RELIGIÃO EM EPICURO:
UMA ABORDAGEM NATURALISTA DA CRENÇA EM DEUS**

**PHILOSOPHY OF RELIGION OF EPICURUS:
A NATURALISTIC APPROACH TO THE BELIEF IN GOD**

JOSÉ ARISTIDES DA SILVA GAMITO (*)



(*) **José Aristides da Silva Gamito**
Bacharel em filosofia pela Faculdade João
Calvino, Barreiras (BA), mestre em
Ciências das Religiões pela Faculdade
Unida de Vitória (ES). Professor de
Filosofia da Linguagem e Filosofia da
Mente no Seminário Diocesano Nossa
Senhora do Rosário, Caratinga (MG).

E-mail: joaristides@gmail.com

Resumo: A filosofia da religião de Epicuro de Samos procura resolver três problemas sobre a existência dos deuses e sobre a religião pública: a origem da crença na existência dos deuses, a intervenção deles no mundo e a função do culto religioso. Em comparação com a Epistemologia Reformada que discute a racionalidade das crenças religiosas, Epicuro sustenta que a crença na divindade se origina por meio de uma *prolépsis* natural que sugere que os deuses são felizes e imortais. As teses de Epicuro trazem como consequência uma redefinição da função da religião visto que os deuses não causam malefícios e nem benefícios aos homens e nem interferem no mundo.

Palavras-chave: Epicuro, Religião, Inatismo, Cooperação Social, Epistemologia Reformada.

Abstract: The philosophy of religion of Epicurus of Samos seeks to solve three problems about the existence of gods and about public religion: the origin of the belief in the existence of the gods, their intervention in the world, and the function of religious worship. In contrast to Reformed Epistemology that discusses the rationality of religious beliefs, Epicurus holds that belief in divinity originates from a natural *prolepsis* that suggests that the gods are happy and immortal. Epicurus' theses bring a consequence: the redefinition of the function of religion, since the gods do not cause harm or benefits to men, nor interfere in the world.

Key words: Epicurus. Religion. Innatism. Social cooperation. Reformed Epistemology.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

As exigências do pensamento moderno em encontrar fundamento racional para a crença religiosa levou vários teóricos a debaterem sobre se crer em Deus seria justificável racionalmente ou não. Mas durante muito tempo a exigência de evidências dominou esse campo. A objeção evidencialista insistia que a crença em Deus não era racionalmente aceitável porque não há provas suficientes para justificar essa crença. Dentre as empreitadas mais recentes para reverter esse quadro, encontramos a Epistemologia Reformada. Esse novo debate sobre a racionalidade das crenças religiosas se inicia em 1983 com a publicação do livro *Faith and Rationality* de Alvin Plantinga e Nicholas Wolterstorff.

A Epistemologia Reformada assume a posição epistêmica de que a crença em Deus não necessita de outras crenças e nem de evidências para ser racional. Alvin Plantinga revisitou a explicação do conhecimento sobre Deus nas filosofias de Agostinho de Hipona, de Tomás de Aquino e de João Calvino. Em Agostinho, a Epistemologia Reformada encontra a forte crença de que existe um instinto natural que move o homem para a felicidade e essa felicidade converge para o conhecimento de Deus (JÚNIOR, 2010, p. 21-42). De modo semelhante, em Tomás de Aquino, ela encontra a doutrina de que a essência divina é intuída naturalmente pelo intelecto (AQUINO, 1996, p. 690). E, de João Calvino, adota o princípio de que “existe na mente humana, e na verdade por disposição natural, certo senso da divindade”, o chamado *sensus divinitatis* (CALVINO, 2003, p. 53).

Alvin Plantinga formulou a Epistemologia Reformada a partir do Modelo Aquino-Calvino. O modelo concebe as crenças religiosas como resultado da percepção da experiência sensorial. O conhecimento de que existe Deus é garantido pelo *sensus divinitatis* que é definido por Plantinga como a faculdade cognitiva natural, inata, que produz as crenças religiosas sobre a existência de Deus (VAN EYGHEN, 2016, p. 24-40). A partir da retomada desse debate, teóricos como Willian Alston, Chris Tucker e Linda Zabzebski desenvolveram teorias para discutir a origem e a justificação das crenças religiosas (VAN EYGHEN, 2016, p. 24-40). Neste estudo, propomo-nos a discutir este problema a partir de uma fonte totalmente heterodoxa e não utilizada pela epistemologia

da religião para esse propósito: a filosofia da religião de Epicuro de Samos (341-271 a. C.).

A concepção da divindade em Epicuro é única na literatura filosófica do mundo antigo. Ele distingue duas formas de explicação da natureza dos deuses: a percepção comum e a crítica da sua filosofia. A percepção comum transfere a visão e os sentimentos humanos para a concepção dos deuses. É uma abordagem puramente antropomórfica. A fim de evitar esse caminho, o Epicuro propõe considerar como atributos divinos somente tudo que for compatível com os estados de felicidade e de imortalidade. Epicuro faz a sua crítica à concepção dos deuses da religião popular grega para demonstrar que essas opiniões eram fontes de medo na sociedade da época (SAMOS, 2002, p 23-27).

Tendo como base a preocupação com a felicidade. Epicuro elabora uma filosofia da religião para combater os malefícios psíquicos e sociais de uma concepção errônea dos deuses. Ela poderia engendrar medos e expectativas falsas sobre a divindade. A filosofia da religião de Epicuro envolve três problemas principais: a) se as crenças religiosas são inatas ou adquiridas pelo costume; b) se a natureza dos deuses é distinta da natureza humana; c) se os deuses interferem ou não no mundo; d) se a função do culto religioso é apenas um dever cívico ou se é um serviço indispensável prestado aos deuses. O primeiro problema é central no debate da Epistemologia Reformada e propomos abordá-lo a partir de uma fonte não considerada nesse campo. Os demais problemas têm implicação com a função da religião.

As fontes disponíveis para a análise da filosofia da religião de Epicuro são de dois períodos: a) as diretas e atribuídas a Epicuro como a *Carta a Meneceu* (*Ep. Men.*), *Carta a Heródoto* (*Ep. Hdt.*) e testemunhos da obra *De Natura* (*DN*). São obras do século IV e representam o pensamento original do filósofo; b) as indiretas – que são desenvolvimentos dos seguidores de Epicuro do século I. Esse período foi marcado pelo entusiasmo de intelectuais do sul da Itália pela filosofia epicurista. As duas obras escolhidas para esta análise são *De Rerum Natura* (*DRN*) de Tito Lucrecio Caro (94-51) e na *De Pietate* (*DP*) de Filodemo de Gádara (110-40 a. C.). Essas obras posteriores à época de Epicuro foram consultadas a fim de compreender o desenvolvimento e a transmissão das teses epicuristas da filosofia da religião.

O epicurismo teve ampla difusão no sul da Itália nos meados do século I antes da era cristã. Filodemo de Gádara teve como discípulos Cícero, Virgílio e Horácio. As obras de Cícero são testemunhos indispensáveis na compreensão do sucesso do epicurismo na península itálica. A obra *De Natura Deorum* (DND) nos permite conhecer traços importantes do pensamento religioso de Epicuro. A partir dela surge uma possível interpretação de que Epicuro acreditava no inatismo das crenças religiosas (SEDLEY, 2018, p. 105-121).

Metodologicamente, analisamos as asserções de Epicuro nas suas obras preservadas por Diógenes Laércio, isto é, na *Carta Meneceu* e na *Carta a Pítocles*, e procuramos rastrear a recepção e o desenvolvimento de suas doutrinas em Filodemo e Lucrécio. Segundo Sedley, os discípulos de Epicuro tendem a ser fiéis ao pensamento do mestre. Tudo indica que as obras *De Pietate* e *De Rerum Natura* tiveram como fonte a obra *De Natura* de Epicuro. Sendo assim, elas complementam as lacunas que as obras diretas de Epicuro deixam (SEDLEY, 2018, p. 105-121). Feitas essas considerações sobre o uso das fontes primárias, avancemos para a epistemologia das crenças religiosas em Epicuro.

1. O EXAME EPISTEMOLÓGICO DA NATUREZA DOS DEUSES

Quando propomos a análise de uma filosofia da religião em Epicuro, estamos entendendo que o filósofo trata a religião a partir de um exame crítico e da sua concepção da natureza. A sua crítica à concepção dos deuses e do modo como os gregos de sua época entendiam a intervenção deles no mundo parte de um pressuposto naturalista e empírico. Os juízos do povo grego a respeito dos deuses os levavam a concluir que eles recompensavam as pessoas boas e puniam as más. Mas, esse pensamento é incoerente com a natureza de bem-aventurança dos deuses, de acordo com Epicuro. A bem-aventurança é um estado permanente de autossuficiência no qual não há motivo para agir contra os outros. Os deuses sendo plenamente bem-aventurados, viviam ocupados com suas virtudes e no convívio com os outros deuses. Portanto, eles não representavam uma

ameaça para os homens. Tal *insight* torna-se o ponto de partida da reflexão de Epicuro a respeito da natureza dos deuses.

Os critérios apontados por Epicuro para se analisar coerentemente a natureza dos deuses são a asserção de que eles são imortais e bem-aventurados:

Em primeiro lugar, considerando a divindade como um ente imortal e bem-aventurado, como sugere a percepção comum de divindade, não atribuas a ela nada que seja incompatível com a sua imortalidade, nem inadequado à sua bem-aventurança; pensa a respeito dela tudo que for capaz de conservar-lhe felicidade e imortalidade (SAMOS, 2002, p. 23-25).

As incompreensões que surgem na religião popular advêm da incoerência com esses atributos gerais. Os adeptos das religiões gregas até admitiam esses pressupostos, mas não faziam derivar deles suas crenças de modo coerente. Se, de fato, os deuses são imortais e bem-aventurados eles são incapazes de muitas ações que lhes são atribuídas. Apesar de algumas acusações de grupos concorrentes do epicurismo, Epicuro não nega a existência dos deuses. Ele diz na *Carta a Meneceu*: “Os deuses de fato existem e é evidente o conhecimento que temos deles; já a imagem que deles faz a maioria das pessoas, essa não existe” (SAMOS, 2002, p. 25). Quando as pessoas atribuem as ações aos deuses não o fazem coerentemente com a natureza que lhes é atribuída. Epicuro já se defende de uma possível acusação de ateísmo, quando afirma que “ímpio não é quem rejeita os deuses que a maioria crê, mas sim quem atribui aos deuses os falsos juízos dessa maioria” (SAMOS, 2002, p. 26). A concepção comum da divindade de seu tempo se baseava em “falsa opinião” e não no conhecimento natural sobre os deuses.

Encontramos semelhante defesa na *Carta a Heródoto* (123 e 124) e também no *De Pietate* de Filodemo. Filodemo assegura contra qualquer acusação de ateísmo que o homem piedoso é o que conserva a crença na imortalidade e na bem-aventurança dos deuses junto com as coisas relativas a esses atributos. O ímpio é quem as desconsidera, (GADARA, 1996, p. 185). Os opositores dos epicuristas os acusavam de impiedade por não acreditarem que os deuses não fossem impassíveis (GADARA, 1996, p. 273). A representação antropomórfica dos deuses era muito comum no mundo antigo e os epicuristas estão fugindo desse estereótipo ao buscarem uma representação mais racional. Os epicuristas invertem a acusação diante dos seus opositores considerando como ímpio não quem nega a imagem tradicional dos deuses, mas quem insiste em mantê-la.

Quando Epicuro advoga em favor da sua percepção dos deuses, ele o faz assegurando que esse conhecimento é natural. Ele sugere que existe uma noção natural, não-convencional, da divindade. Filodemo preserva um testemunho do livro XII do *De Natura* de Epicuro que diz que “os primeiros homens chegaram à concepção de entidades externas imortais” (OBBINK, 1989, p. 187-223). O conhecimento da existência do divino se dá por *prolepsis*. Esse termo é definido por Cícero como “certa informação antecipada das coisas na alma, sem a qual nem se pode entender coisa alguma nem buscar nem discutir” (CÍCERO, 2017, p. 63). Sedley formulou o seguinte silogismo para representar esse raciocínio: Todos os seres humanos têm uma *prolepsis* dos deuses. A *prolepsis* dos deuses nos foi dada por natureza. A crença existencial associada, de que há deuses, não nos foi imposta por costume ou lei e, então, por consequência, é natural. O conhecimento dos deuses é inato. Todos os seres humanos acreditam que há deuses. O que todo mundo concorda deve ser verdade.

Seguindo a teoria de Epicuro, Lucrecio ensaia uma epistemologia da origem da crença em deuses. Ele apresenta dois argumentos. O primeiro é psicológico. Os homens primeiros conceberam a existência dos deuses a partir da imaginação e dos sonhos. Essas experiências recorrentes de imaginar ou de sonhar com entidades poderosas, imortais e capazes de vencer os limites da natureza, os faziam concluir que tais seres só poderiam existir. Em seguida, Lucrecio apresenta também o argumento cosmológico. A admiração diante da necessidade de compreender a complexidade dos fenômenos da natureza impulsionava os primeiros homens a admitirem um agente inteligente por trás da organização do universo (CARO, 1976, p. 191). O argumento cosmológico aparece muito nas teodiceias da Idade Média. Mas o argumento psicológico de Lucrecio é bem ímpar.

O epicurismo defende uma fonte natural para a noção de deuses. As noções são formadas por meio de estados mentais como a imaginação, os sonhos, a intuição. Tais noções apontam para a imortalidade e a bem-aventurança como qualificativos divinos. Esses pressupostos determinam a direção de toda a filosofia da religião dos epicuristas. Epicuro argumenta na *Carta a Meneceu* que um ser dotado dessas características busca a convivência somente com seus semelhantes. A sua posição é um deísmo politeísta que rejeita a possibilidade de os deuses intervirem no mundo. Epicuro e Lucrecio tecem uma crítica aos males da religião quando dizem que as crenças falsas sobre os deuses causam sofrimento às pessoas. A expectativa de recompensa para o bem realizado e o medo do

castigo pelo mal causado são dirigidos aos deuses, mas eles são insensíveis a esses anseios humanos (SAMOS, 2002, p. 25).

Na *Carta a Heródoto*, Epicuro se defende dizendo que a impiedade com os deuses é lhes atribuir falsas qualidades. Os deuses convivem somente com seus semelhantes e não distribuem recompensas e castigos (SAMOS, 2012, p. 88). Ele critica a explicação mítica dos deuses porque permite aos seres humanos desculpar-se de seus erros e também critica a crença no destino inexorável. O destino não poderia ser obra de um deus por serem ações aleatórias e instáveis (SAMOS, 2012, p. 91-92). Desse modo, ele defende a liberdade humana diante de um determinismo divino. A constante confusão entre responsabilidade humana e divina punha as pessoas no comodismo e elas se tornavam incapazes de assumir seus próprios deveres e culpas: “É estúpido pedir aos deuses coisas que alguém não é capaz de buscar por si mesmo” (SAMOS, 2012, p. 104).

Observadas essas consequências das características de imortalidade e de bem-aventurança dos deuses, voltemos às constituições ontológicas. Os intérpretes de Epicuro se dividem em realistas e idealistas quanto ao entendimento do que seriam os deuses. Os realistas acreditam que Epicuro entendia os deuses como entidades biológicas. Esse argumento seria compatível com seu naturalismo e crença na concepção do universo como composto de átomo e vazio. Já os idealistas defendem que Epicuro entendia os deuses como idealizações de qualidades humanas. Segundo esses, os deuses seriam a máxima imaginação das virtudes almejadas pelo homem. Segundo David Sedley, essa interpretação idealista vem perdendo terreno desde 1987 (SEDLEY, 2011, p. 29-30).

Os gregos conservavam a crença de que os deuses viviam no monte Olimpo. Encontramos algumas posições claras nos discípulos de Epicuro a respeito da natureza dos deuses. Lucrécio refuta essa crença dizendo que a natureza deles é distinta dos seres humanos e seria impossível que eles vivessem no mundo físico. A constituição deles seria muito tênue para viver no mundo sensível (CARO, 1976, p. 119). O epicurista Filodemo na obra *De Pietate* discute sobre a constituição corpórea dos deuses para Epicuro. Eles não seriam simples e nem compostos por serem eternos. Se fossem indestrutíveis não deveriam possuir corpos (GADARA, 1996, p. 109). De acordo com essas reflexões de Filodemo, o conhecimento de uma divindade não teria o mesmo grau de clareza do que o conhecimento dos outros seres existentes no mundo. No livro XXXII

do *De Natura*, Epicuro diz, no testemunho de Filodemo: “porque a existência dos deuses é compreendida com clareza, embora como uma entidade unificada entre os existentes subjacentes e a natureza deles é menos capaz de ser percebida pelo pensamento do que outros existentes” (GADARA, 1996, p. 237).

A discussão que Filodemo enfrenta em relação aos críticos ao epicurismo é se os deuses são incorpóreos já que Epicuro sustentava que tudo era composto de átomo e vazio. Os seus críticos insinuam que não há coerência entre a ontologia e a teologia de Epicuro. Na mesma obra de Filodemo, lemos que Epicuro defendeu que a natureza sensível não é compatível com a divindade. Ela não compartilha da condição da dor (GADARA, 1996, p. 119). Em suma, os deuses não seriam meras projeções humanas. Eles seriam agentes incorpóreos, indestrutíveis e insensíveis. A autossuficiência e a insensibilidade ao sofrimento são as características divinas que tornam os deuses modelos de felicidade para o epicurismo.

Uma aproximação entre a posição epicurista e a Epistemologia Reformada nos revela convergências e distanciamentos. Alvin Plantinga procura salvar a racionalidade da crença em Deus propondo que existe “um senso inato e natural de Deus ou de divindade, que é a origem e a fonte das religiões no mundo”. Epicuro, por sua vez, considera que os seres humanos possuem uma pré-concepção (*prolépsis*) da existência da divindade. Essa intuição natural aponta que esse ser é imortal e feliz. Desse modo, é racional crer na existência de divindades porque existe uma disposição natural para isso e a ocorrência dessa disposição natural gera um consenso.

No entanto, nem todos os homens seguem essa intuição e muitos concebem a divindade antropomorficamente como uma ameaça ao destino humano. Epicuro não acreditava que existisse um mecanismo específico na mente humana para conceber a existência de Deus. A *prolépsis* é o mesmo mecanismo que gera as demais crenças. Lucrécio procura nas experiências internas da mente as antecipações que levam à conclusão de que existem seres sobrenaturais como os sonhos e a imaginação. É necessário revisitar os fundamentos epistemológicos de Epicuro para determinar em que sentido se pode aceitar a tese de um conhecimento natural da divindade. Cícero sugere esta interpretação no *De Natura Deorum* ao afirmar que o conhecimento do divino é inato e consensual entre a maioria dos povos (*DND* 44).

Epicuro defende uma epistemologia empirista. O conhecimento para ele acontece pela atuação da percepção sensível e da reflexão. Esse processo se inicia pela percepção das coisas no mundo através dos sentidos. A fonte por excelência do conhecimento são as sensações. O influxo dos átomos sobre nossos corpos produz as aparências daquilo que está no ambiente. As percepções são verdadeiras e correspondem objetivamente àquilo que existe. Mas a confiança reside nas percepções que são comuns a tudo. O processo cognitivo tem o primeiro passo com a *prolépsis*. O termo pode ser traduzido “pré-concepção, antecipação ou noção”. É uma representação prévia recebida ou apreendida no entendimento ou nos órgãos sensoriais (AMIS, 2009, p. 85-87).

Nesse sentido, Epicuro considera que os homens têm uma *prolépsis* da existência dos deuses. Elas são noções formadas a partir de experiências psíquicas e que são recorrentes entre os seres humanos. No entanto, não são conhecimentos inatos porque Epicuro deriva todo o conhecimento das sensações (SILVA, 2018, p. 146-181). Neste ponto, Epicuro se distancia completamente da proposta da Epistemologia Reformada. Todos os seres humanos possuem naturalmente uma noção da existência do divino, mas isso não corresponde ao conhecimento. As *prolépsis* dos deuses derivam de experiências internas da imaginação de superagentes.

Lucrécio formula sua explicação utilizando a imaginação e os sonhos como fonte das *prolépsis* da divindade. A formação das crenças religiosas teria para ele origem no processo de tomar como verdadeiras as imagens recorrentes da imaginação e dos sonhos. Os superagentes possuíam características contraintuitivas e desafiavam as leis da natureza: possuíam corpos gigantescos, forças incomuns, destemiam a morte e realizavam prodígios (CARO, 1996, p. 189-193). Essas propriedades elencadas por Lucrécio coincidem com o que Pascal Boyer considera como as características das crenças religiosas. Elas se fundamentam em conceitos que violam as expectativas naturais (VAN EYGHEN, 2016, p. 24-40).

Portanto, as interpretações de Cícero e de Lucrécio se aproximam da ideia de um conhecimento inato dos deuses. Contudo, não temos elementos para concluir essa afirmação a partir das obras de Epicuro, principalmente, se considerarmos a sua posição epistemológica. A *prolépsis* dos deuses diz respeito ao consenso universal dos povos sobre a existência de superagentes. A exposição de Lucrécio reforça esse sentido. Não há

para os epicuristas um *sensus divinitatis* no homem como um mecanismo inato que produz crenças religiosas. O que há é uma experiência comum dos estados mentais que imaginam a existência de superagentes e que é assumida como fundamento para a crença em deuses.

A experiência recorrente dos estados mentais que produz imagens de superagentes e sugerem a sua existência é fonte das crenças religiosas. Por serem estados mentais naturais comuns aos vários povos, essas crenças estão previamente justificadas. A racionalidade das crenças religiosas estaria suportada pelo consenso universal. Embora, existam considerações diferentes dos atributos divinos, mas duas pré-noções, segundo Epicuro, apontam para a sua natureza: a imortalidade e a felicidade. A partir dessa concepção, Epicuro tecerá toda a sua crítica à religião.

2. A FUNÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO NA FILOSOFIA DE EPICURO

A religião popular do mundo grego era marcada por uma intensa preocupação em render um culto agradável aos deuses. As pessoas temiam os deuses tanto em vida quanto na morte. Se a vida de um devoto caminhava para o infortúnio, isso era atribuído à ira de um deus. As derrotas nas guerras e os tumultos sociais também eram tidos como resultado de um comportamento desagradável com os deuses. Havia também o temor da vingança dos deuses na existência pós-morte. Essas atitudes produziam angústia e sofrimento para os devotos (FESTUGIÈRE, 2015, p. 55-56). Epicuro considera que essa visão popular sobre deuses interferia no propósito maior da vida: a busca da felicidade.

Epicuro faz derivar sua discordância da providência do princípio de que os deuses são felizes. Eles vivem no estado de ataraxia que é a imperturbabilidade da alma e o controle das paixões. As atitudes de causar malefícios e benefícios aos outros são incompatíveis com o estado de quem é feliz e imortal. Do mesmo modo, nenhuma ação humana pode alterar essa condição divina. Em suma, um ente plenamente feliz e livre de agitações dos sentidos não se envolveria nos conflituosos negócios humanos.

Epicuro abordou o assunto da providência no livro XIII do *De Natura*, mas não temos esses textos integralmente. Hermarco, também discípulo de Epicuro, conservou a crença de que os deuses não causavam danos aos maus (*DP* 80, 2320). Cícero retoma o

pensamento de Epicuro a partir dos atributos divinos de imortalidade e bem-aventurança e demonstra que a consequência dessa asserção é acreditar que os deuses não têm preocupação pelas ações humanas porque não sentem ira e nem bondade. Não há, portanto, motivos para ter medo dos deuses (CÍCERO, 2017, p. 65).

Ao prescindir-se da crença da interferência dos deuses na liberdade humana e da crença de que rituais religiosos poderiam mudar os fatos, Epicuro abre caminho para se pensar um comportamento religioso compatível com a felicidade. Filodemo trata das consequências da indiferença dos deuses em relação aos afazeres humanos: Que sentido tem o culto aos deuses? Ele rivaliza com o senso comum afirmando que o comportamento dos deuses não poderia ser alterado pelos rituais religiosos. No *De Pietate*, Filodemo esquiva-se da acusação de ateísmo, mostrando que o epicurismo não é adversário da prática religiosa. Ele cita que Epicuro observava todas as formas de adoração e aprovava quando seus amigos as praticavam. O filósofo participou de vários festivais e sacrifícios (DP 28, 790-810). Em sua obra *Perí bíôn* teria dito que o ato de orar é natural. O culto é oferecido aos deuses não porque eles se irritam se não for feito, mas para se lembrar dos deveres legais (DP 26, 730-750). Epicuro valorizava a participação nos atos religiosos como um dever cívico.

Dentro do epicurismo, a religião é considerada desde uma recepção crítica moderada a uma imputação de crimes. Enquanto, Filodemo procura harmonizar o discurso religioso de Epicuro com os deveres legais, Lucrecio ao optar pelo naturalismo dirige uma crítica severa à religião. Além de criticar os excessos da religião, ele rechaça a atribuição dos fenômenos da natureza aos deuses, assim como a origem do mundo e também de males como as epidemias. Em coerência com o empirismo epicurista, ele procura dar uma explicação naturalista para a peste de Atenas (CARO, 1976, p. 291). A posição dele se assemelha à crítica à religião da modernidade. As crenças religiosas são colocadas em confronto com a explicação naturalista do mundo. Lucrecio põe a religião popular em confronto também com a ética. Ele relembra que muitos crimes e crueldades eram cometidos no mundo antigo por razões de devoção religiosa. Ele cita o caso de Agamênon que sacrificou a sua filha Ifigênia para obter ventos favoráveis à navegação. Ele denuncia também os adivinhos que inculcam o medo nas pessoas do além-mundo. Na constatação de Lucrecio, os excessos da religião podem justificar tanto a violência física quanto psíquica (DRN I, 105-110).

Filodemo trata da função da religião para Epicuro no *De Pietate*,

Além disso, parece que Epicuro observou fielmente todas as práticas de adoração e recomendou aos seus amigos que fizessem o mesmo não só por causa das leis, mas também por causa de razões naturais. Na verdade, na obra *Perí Biôn*, ele afirma que a oração é adequada à sabedoria, não porque os deuses ficam com raiva se não a praticarmos, mas porque está de acordo com a concepção de naturezas excelentes em poder e em virtude, e podemos perceber nossas realizações e conformidade social com as leis (DP 26, 730-750). (*tradução nossa*).

A partir dessas considerações, conclui-se que o culto religioso não proporciona comunicação e nem intercâmbio de favores com os deuses. A religião pública possui uma função de facilitador de interação social para Epicuro. A tese da religião como cooperação social é defendida por pesquisadores da psicologia evolutiva como Ara Norenzayan e Will Gervais. A ocupação dos seres humanos com rituais é encarada como uma atitude conforme com a natureza humana. Os rituais são deveres legais que reforçam a ética da sociedade. Os festivais religiosos eram formas de cultivar a amizade e de lembrar a felicidade dos deuses que são modelos da ataraxia que o sábio almeja. A religião pública se seria um dever cívico que amplia a cooperação social e funciona como um recurso memorial da felicidade dos deuses que deve ser imitada pelos epicuristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia da religião de Epicuro merece ser revisitada por ser uma voz ímpar e dissonante dentro de um contexto cultural politeísta e favorável às visões religiosas dominantes do mundo antigo. O epicurismo representava uma vertente empirista, naturalista e crítica à religião dentro de uma época dominada pelas práticas religiosas. A epistemologia da religião contemporânea explora muito contribuições de teóricos teístas. A recuperação de filósofos deístas pode ampliar e diversificar o campo de possibilidades de discussão da origem e da racionalidade das crenças religiosas.

A revisão da filosofia da religião em Epicuro neste estudo procurou abrir duas frentes de discussão: a origem das crenças religiosas e a função social da religião. Epicuro

teve o mérito de tratar as crenças religiosas em bases naturalistas e a propor uma concepção divina que dialogasse com o problema da felicidade.

Além disso, a atitude dos epicuristas permite perceber a diversidade do tratamento do tema religião no mundo antigo. Epicuro faz um tratamento crítico das crenças religiosas e da função social do culto sem romper com as tradições culturais. Ao reconfigurar a concepção da natureza dos deuses, Epicuro enfrenta os males psíquicos e sociais que a religião popular grega produzia. E ao mesmo tempo estimula a religião pública como um facilitador de interação social e de um recurso memorativo de aperfeiçoamento ético.

REFERÊNCIAS:

AMIS, Elizabeth. Epicurean Empiricism. In: WARREN, James. *The Cambridge Companion to Epicurism*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 85-87, 2009.

AQUINO, Tomás. *Suma contra os Gentios*. Volume II, p. 690.

CALVINO, João. *Institutas da Religião Cristã*. Volume I. Campinas: Edição Clássica, 2003.

CARO, Tito Lucrécio. *De Rerum Natura*. Barcelona: Bosch, 1976.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da Natureza dos Deuses I*. Tradução, Introdução e Notas de Willy Paredes Soares. João Pessoa: Ideia, 2017.

FESTUGIÈRE, André-Jean. *Epicuro i Suoi Dèi*. Traduzione dal francese di Luisa Moscardini. Roma: Castelvechi, 2015.

GADARA, Philodemus of. *On Piety*. Edited by Dirk Obbink. Oxford: Clarendon Press, 1996.

JÚNIOR, José Carlos Piacente. A Herança Epistêmica Agostiniano-Calvinista em Alvin Plantinga. *Fides Reformata* XV, n. 2, p. 21-42, 2010.

OBINK, Dirk. The atheism of Epicurus. *Greek, Roman and Byzantine Studies*; Cambridge, v. 30, n. 2, p. 187-223, 1989.

SADLEY, David. Epicurus' theological innatism. In: FISH, Jeffrey; SANDERS, Kirk. (Ed.). *Epicurus and the Epicurean Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SAMOS, Epicuro de. *Obras Completas*. Traducción de José Vara. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.

_____. *Carta sobre a Felicidade*. Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e de Enzo Del Carratore. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SEDLEY, David. Epicurean theories of knowledge. *Lexicon Philosophicum International Journal for the History of Texts and Ideas*, Special Issue, p. 105-121, 2018.

SILVA, Marcos Roberto Damásio. A prólepsis de Epicuro e seus significados. *Codex, Revista de Estudos Clássicos*, v. 6, n. 1, p. 146-181, 2018.

VAN EYGHEN, Hans. There is no *Sensus Divinitatis*. *Journal for the Study of Religions and Ideologies*, vol. 15, n. 45, p. 24-40, 2016.